

CONTRATO Nº49/2020/INDEA-MT (VIA CREDOR)

Empresa: BEM ESTAR PRESTAÇÃO DE SER

CNPJ nº 11.834.039/0001-20

CONTRATO Nº 049/2020/INDEA

Contrato que entre si celebram o **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA/MT** e a empresa **PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES EPP**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, higienização e conservação.

O **INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - INDEA/MT**, doravante denominada **CONTRATANTE**, com sede na Avenida Arquimedes Pereira Lima, nº 1.000, Bairro Jardim Itália, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 14.939.979/0001-72 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **MARCOS CATÃO DORNELAS VILAÇA**, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 091607390 SSP/RJ e CPF nº 014.440.097-96 e de outro lado à Empresa **PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES EPP – BEM ESTAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, com sede à Rua Antônio Tavares, nº 2598, Centro, CEP 78.280-000, em Mirassol D'Oeste/MT, inscrita sob o CNPJ nº 11.834.039/0001-20, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito sob o CPF nº 033.813.131-00, portador do RG nº 17538270 SSP/MT, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do processo administrativo nº 252753/2020, que será regido pela Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Estadual nº 840/2017 e alterações, pela Instrução Normativa nº 001/2020/SEPLAG e alterações, pela Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), assim como, supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos, pelas disposições de direito público e privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO


1.1. O objeto do presente instrumento refere-se à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de bens móveis e imóveis, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, visando atender as Unidades Regionais de Supervisão, Unidades Locais de Execução e demais unidades desconcentradas do INDEA/MT, localizadas em todo o Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. O presente contrato está vinculado ao **Processo Administrativo nº. 252753/2020**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 001/2020/INDEA-MT**, em conformidade com o Termo de Referência apresentado e demais anexos, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DA ESPECIFICAÇÃO

3.1. O valor total do objeto contratado é de **R\$ 3.410.436,24 (três milhões quatrocentos e dez mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)**, conforme a proposta da contratada, vencedora do certame, contendo os valores apresentados e adjudicados no processo licitatório denominado **Pregão Eletrônico nº 001/2020/INDEA-MT**, conforme especificados abaixo:



LOTE ÚNICO	EMPRESA	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO OFERTADO R\$	VALOR TOTAL OFERTADO R\$
ITEM 01	PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES EPP	18	MENSAL	2.213,41	478.096,56
ITEM 02	PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES EPP	123	MENSAL	1.986,68	2.932.339,68
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO				R\$3.410.436,24 (Três milhões quatrocentos e dez mil quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos)	

3.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, o valor total de **R\$3.410.436,24**, descrito na tabela acima, no decorrer da vigência contratual, inclusos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

3.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Elemento de Despesa	Projeto/Atividade	Fonte
3.3.90.3700	2007	240

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. Os serviços serão prestados no prazo de 12 (doze) meses contados a partir do dia 12/11/2020, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo o primeiro ano de prestação dos serviços, se houver interesse entre as partes e nos termos do art. 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993;

5.1.1. Toda prorrogação de contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

5.1.2. Caso o contrato tenha sofrido repactuação em duas etapas, por atualizar os custos com mão de obra por meio de CCT ou ACT, e por atualização dos custos com insumos, fica dispensada a análise de vantajosidade econômica;

5.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar os serviços conforme estabelecido pelo **CONTRATANTE**, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

- 6.2.** Fornecer mão de obra e todos os produtos, materiais e equipamentos necessários para a realização dos serviços que constam nos anexos específicos desse Termo de Referência, entre outros que poderão ser solicitados pelo fiscal/gestor do contrato, sendo esses de primeira linha e não poderão causar danos à saúde;
- 6.3.** Nomear preposto, aprovado pelo CONTRATANTE, para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- 6.4.** Manter constante comunicação com o fiscal/gestor do contrato, relatando todas as situações que possam afetar a correta prestação dos serviços;
- 6.5.** Repor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva intimação, após a devida comprovação, garantida previamente ampla defesa e contraditório, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que sido danificado ou extraviado por seus empregados;
- 6.6.** Manter o quantitativo de mão de obra dentro dos padrões definidos, bem como impedir que empregado, que cometeu falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne às instalações do CONTRATANTE;
- 6.7.** Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente;
- 6.8.** Informar movimentação de empregados (afastamentos legais, substituições, etc) assim que verificada a ocorrência;
- 6.9.** Fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme Anexo II;
- 6.10.** Efetuar a entrega dos uniformes e EPIs mediante recibo, devidamente discriminado, cuja cópia deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de início da prestação dos serviços para quantitativo previsto para início do contrato e, para o quantitativo previsto para o 6º mês, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após findado tal prazo;
- 6.11.** Substituir as peças dos uniformes e EPIs sempre que estiverem desgastados ou sem condições de uso adequado quando constatado pelo fiscal/servidor responsável, independentemente de qualquer prazo, sem ônus para o CONTRATANTE;
- 6.12.** Fornecer todos os itens do uniforme e EPIs de primeiro uso e ter corte adequado ao empregado, especialmente quanto ao tamanho e ao modelo (feminino ou masculino), devendo a CONTRATADA providenciar as devidas adaptações quando necessárias, inclusive quanto às profissionais gestantes, que deverão ter seus uniformes substituídos sempre que estiverem apertados;
- 6.13.** Os custos do uniforme e EPIs não poderão ser descontados da remuneração devida ao empregado, assim como o empregado não deverá receber dinheiro em substituição a qualquer item do conjunto;
- 6.14.** Caso a CONTRATADA identifique EPI's adicionais a serem fornecidos, deverá incluí-los

na relação de materiais ou de equipamentos, de acordo com as suas características de uso e fornecimento, sem ônus para o CONTRATANTE;

6.15. Observar e atender as normas de comportamento profissional, as técnicas de atendimento ao público, as normas de higiene e saúde instituídas para o cumprimento de suas atividades, bem como as normas internas do CONTRATANTE;

6.16. Instruir seus empregados alocados para a prestação dos serviços, com vistas às boas práticas ambientais;

6.17. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

6.18. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

6.19. Manter todos os equipamentos e utensílios, necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 05 (cinco) dias. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

6.20. Manter as copas (cozinhas), bem como as das Unidades contempladas nesse Termo de Referência, limpas e abastecidas com detergentes, buchas, panos e demais materiais necessários;

6.21. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;

6.22. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

6.23. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu quadro de pessoal, por meio de **instalação de relógio de controle de ponto ou outro meio alternativo de controle de jornada de trabalho, nos termos da Convenção Coletiva de Trabalho**, em cada Unidade do CONTRATANTE em que se prestará os serviços, **com ônus para a CONTRATADA**, devendo constar o extrato das folhas ponto no processo de pagamento para fins de conformidade. Caso seja constatado inconsistências no registro, atrasos frequentes ou não substituição, a CONTRATADA será notificada, sendo passível de glosa e sanções cabíveis;

6.24. Manter sinalização necessária durante execução dos serviços de limpeza, prevenindo a ocorrência de acidentes;

6.25. Orientar os profissionais a:

- a) não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou empregados, durante o horário de trabalho sem necessidade relacionado ao trabalho;
- b) utilizar telefone pessoal (celular) exclusivamente para casos emergenciais;
- c) apresentarem-se devidamente asseados, barbeados, unhas e cabelos cortados e os cabelos presos ou curtos;
- d) portar, em lugar visível, o crachá de identificação fornecido pelo CONTRATANTE;

6.26. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo CONTRATANTE, ou imediatamente a depender da gravidade da conduta;

6.27. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao CONTRATANTE ou a terceiros;

6.28. Substituir, imediatamente, no início do expediente, em caso de faltas, férias ou a pedido do CONTRATANTE, o empregado posto a serviço, respondendo por quaisquer ocorrências no decorrer do período em que for constatado a sua ausência, ficando reservado ao CONTRATANTE o direito de autorizar ou não as eventuais substituições, devendo estas ocorrer mediante prévia comunicação ao fiscal/gestor do contrato, de acordo com os interesses do serviço;

6.29. Dar ciência formal ao fiscal/servidor responsável para retirada de quaisquer equipamentos pertencentes à CONTRATADA que esta tenha levado para o local de execução do serviço;

6.30. Manter preposto em Cuiabá/MT ou Várzea Grande/MT, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à instrução de processo de pagamento;

6.31. A CONTRATADA deverá apresentar preposto, indicado por meio de procuração com poderes específicos para atuar no contrato;

6.32. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências das Unidades contempladas, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;

6.33. Providenciar, para todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, cartão cidadão ou outro cartão equivalente expedido por órgão/entidade federal responsável, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais;

6.34. Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, senha junto ao INSS para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

M

[Assinatura]

- 6.35.** Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado prestar os serviços;
- 6.36.** Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes de salários, seguros de acidente, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás, equipamentos de proteção individual – EPI e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- 6.37.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 6.38.** Manter os salários dos empregados atualizados, em conformidade com a Convenção Coletiva vigente, independente de concessão de repactuação/reequilíbrio pelo CONTRATANTE, em que já será exigida a comprovação do pagamento do valor do salário atualizado no mês subsequente à homologação da CCT, bem como deverá comprovar o pagamento do retroativo à data base da CCT a ser estipulado pela fiscalização/gestão do contrato;
- 6.39.** Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- 6.40.** Efetuar o pagamento de salário aos empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, bem como fornecer o vale refeição/alimentação e vale transporte aos seus empregados, rigorosamente, no prazo estipulado na legislação pertinente, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE;
- 6.41.** Assegurar a plena prestação dos serviços contratados, devendo notificar o CONTRATANTE com 30 (trinta) dias de antecedência à possível paralisação, desde que se tenha mais de 90 (noventa) dias sem que o CONTRATANTE faça o pagamento, em conformidade com o previsto no inciso XV do Art. 78 da Lei 8.666/93;
- 6.42.** Efetuar o pagamento de vale-alimentação por cartão alimentação ou ticket específico, sendo vedado seu fornecimento *in natura e em espécie*;
- 6.43.** Os benefícios por assiduidade, como cesta-prêmio e gratificação deverão ser comprovados nos termos da CCT vigente;
- 6.44.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 6.45.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações tributárias previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 6.46.** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção,

conexão ou continência; e responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato;

6.47. Caso a CONTRATADA não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes ao contrato, fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas;

6.48. Os valores a que se refere ao item anterior deverão ser pagos diretamente aos empregados, caso o CONTRATANTE tenha meios de operacionalizar os pagamentos diretamente, ou poderão ser depositados judicialmente;

6.49. Apresentar, semestralmente, ao fiscal/gestor de contratos, comprovantes individuais do saldo total depositado como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, bem como da contribuição previdenciária ao INSS, devendo apresentar o extrato analítico do FGTS quando da ocorrência de rescisão, ou deixar de estar alocado para prestar serviço para o CONTRATANTE, mas mantendo vínculo empregatício com a CONTRATADA;

6.50. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;

6.51. Com amparo no Princípio da Autotutela, poderá o CONTRATANTE solicitar a qualquer tempo documentos para fins de comprovação;

6.52. Executar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, com supervisão do encarregado, os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida;

6.53. Comprovar, rigorosamente, o atendimento de todas as determinações prevista na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria; bem como na Planilha de Custos apresentada durante o processo licitatório e demais leis e normas vigentes;

6.54. Apresentar planilha de custos, em conformidade com a Instrução Normativa Nº05/2017 e legislação trabalhista vigente, para cada percentual de alíquota de ISS;

6.55. Não contratar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar ou parente de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança que atue no órgão;

6.56. Não subcontratar os serviços objeto deste Termo de Referência;

6.57. Informar ao fiscal/gestor responsável os telefones de contatos, endereço do estabelecimento e endereço de e-mail;

6.58. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;

6.59. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações

se obrigam a atender prontamente;

6.60. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.61. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao serviço contratado, assim como ao cumprimento das obrigações assumidas;

6.62. Prover de todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.63. Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE, por quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência de falhas na prestação dos serviços, independente da infraestrutura do local e de análise de dolo ou culpa;

6.64. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, na Lei n.º 10.520/2002, Decreto Estadual n.º 840/2017 e suas alterações, a Consolidação das Leis do Trabalho, Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e a IN nº 001/2020/SEPLAG, como na forma de Orientações Normativas;

6.65. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

7.2. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA considerado inadequado ou não qualificado para a execução dos serviços contratados, com ônus da substituição para a CONTRATADA;

7.3. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo de Referência;

7.4. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços objeto desta contratação;

7.5. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

7.6. Exercer a Fiscalização e Gestão dos serviços prestados, por servidores previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo Contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações;

7.7. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

7.8. Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;



7.9. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO, ATRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

8. Da Execução:

8.1. Os serviços deverão ser prestados nas Unidades do CONTRATANTE constantes no Anexo I;

8.2. Os serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização terão periodicidade diária (de segunda a sexta-feira) e o fornecimento periódico e planejado pela CONTRATADA de todos os materiais e equipamentos necessários para a limpeza, devendo ser executados por serventes de capacidade comprovada, que desenvolverão as tarefas descritas neste Termo de Referência, e terão acompanhamento e fiscalização de sua execução por servidor previamente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

8.3. Todos os profissionais alocados para execução dos serviços deverão:

8.3.1. Possuir escolaridade a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, pois existe o manuseio de produtos e equipamentos de limpeza;

8.3.2. Possuir 18 (dezoito) anos ou mais;

8.3.3. Demonstrar conhecimento adequado e eficiente sobre a área de atuação;

8.3.4. Demonstrar agilidade no desempenho de suas funções sem, contudo, afetar a qualidade exigida para os serviços desempenhados;

8.3.5. Demonstrar organização profissional, eficiência e comprometimento com o trabalho;

8.3.6. Manter limpo e harmonioso o ambiente de trabalho, sendo, em caráter exclusivo e personalíssimo, a responsabilidade pelo recebimento e guarda do material, equipamentos, máquinas e acessórios, mantendo-os em bom estado de conservação, cabendo ao fiscal/servidor da Unidade somente conferir se a quantidade e especificação (qualidade) entregues correspondem as estipuladas nos Anexos II, III e IV;

8.3.7. Demonstrar atenção às orientações recebidas no desempenho do trabalho;

8.3.8. Demonstrar capacidade e condicionamento físico para a execução das funções desempenhadas;

8.3.9. Conhecer as orientações técnicas dos fabricantes quanto ao manuseio e guarda dos equipamentos e utilização e acondicionamento dos materiais e produtos;

8.3.10. Sempre que houver necessidade de se ausentar do serviço, informar ao encarregado/ preposto da Contratada, em que este deverá comunicar o fiscal/servidor responsável;

8.3.11. Tratar somente o fiscal/servidor responsável do contrato os assuntos relacionados à execução contratual, devendo o preposto da Contratada se reportar ao Gestor do Contrato assuntos relacionados, especialmente, à instrução de processos de pagamento e demais regularidades administrativas;

8.3.12. Tratar as pessoas com urbanidade, demonstrando educação e sociabilidade;

- 8.3.13.** O empregado da Contratada deverá acatar as solicitações para que se refaça serviço prestado em desacordo com as normas de higiene e limpeza adequadas, bem como as atividades que deixarem de ser de acordo com o planejamento periódico de trabalho estabelecido;
- 8.3.14.** Utilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs) exigidos;
- 8.3.15.** Manter-se atualizado quanto às normas técnicas e de segurança, obedecendo-as;
- 8.3.16.** Trajar o uniforme completo e utilizar o crachá de identificação em local visível, durante a prestação de serviço;
- 8.3.17.** Comparecer ao serviço em boas condições de higiene pessoal e vestimenta adequada;
- 8.3.18.** Por questão de higiene, profissionais do sexo feminino, durante a execução dos serviços, deverão apresentar-se com os cabelos presos ou curtos;
- 8.3.19.** Evitar conversas particulares ao telefone, permitidas somente em casos esporádicos e urgentes;
- 8.3.20.** Desempenhar única e exclusivamente as atribuições do serviço estabelecidas contratualmente, que serão supervisionadas pelo fiscal/servidor responsável;
- 8.3.21.** Manter sigilo quanto às informações que porventura tenham obtido quando do desempenho das suas funções;
- 8.3.22.** Efetuar a guarda de objetos pessoais em local informado pelo encarregado, com ciência do fiscal/servidor responsável;
- 8.3.23.** Descansar, por ocasião de intervalo de jornada, caso houver, em local apropriado no qual não atrapalhe a circulação de servidores e usuários. É proibida a utilização de banheiros para fins de descanso ou guarda de objetos pessoais.
- 8.3.24.** Fazer uso comedido de energia e água envolvendo a execução dos serviços, em respeito ao princípio da economicidade, bem como a políticas ambientais de sustentabilidade;
- 8.4.** Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, incluindo mão de obra e materiais, estes de primeira qualidade, e, ainda, com observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicáveis;
- 8.5.** Respeitada a jornada de trabalho estabelecida, os horários dos postos de serviços poderão ser alterados a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, conforme as necessidades dos serviços, bem como poderá haver remanejamento de posto dentro do mesmo município entre as Unidades do CONTRATANTE;
- 8.6.** Em caso de a CONTRATADA não cumprir com suas obrigações trabalhistas, fica o CONTRATANTE autorizado a fazer o desconto na fatura e efetuar o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos empregados terceirizados, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 8.7.** Visando dar mais efetividade à fiscalização/gestão contratual, fica o CONTRATANTE autorizado a solicitar diretamente aos empregados da CONTRATADA, sem que acarrete qualquer tipo de repreensão da CONTRATADA com relação aos seus empregados, podendo ser em frequência mensal e por amostragem não inferior da 10% do quantitativo de empregados terceirizados, extratos individuais para comprovar o regular depósito do Fundo



de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; bem como para acompanhar as contribuições previdenciárias relativas ao INSS;

8.8. Em caso de falta de insumos que impossibilite a prestação do serviço, o simples envio da mão de obra (servente) não configurará prestação parcial do serviço, situação esta que ensejará glosa.

8.9. Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências das unidades de empregados não inclusos na relação.

8.10. DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO (ÁREAS INTERNAS):

8.10.1. Diariamente:

8.10.1.1. Retirar o pó, limpar e higienizar todos os móveis e utensílios como balcões, mesas, cadeiras, poltronas, sofás, aparelhos telefônicos/fax, computadores (CPU, monitores, teclados, mouse, impressoras, scanner, caixas de som), armários, quadros, quadros elétricos, ventiladores, aparelhos de ar condicionado, estantes, extintores de incêndio, metais, janelas, vidros, paredes, divisórias, cinzeiros, cestos de lixo, portais, grades, etc;

8.10.1.2. Remover capachos e tapetes passadeiras, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

8.10.1.3. Varrer, remover manchas e polir os pisos vitrificados ou pisos de madeira;

8.10.1.4. Varrer, vasculhar e passar pano úmido com produto de higienização em todos os pisos das dependências;

8.10.1.5. Limpar com saneantes todas as dependências sanitárias (serviço a ser executado várias vezes ao dia, conforme necessidade), copas e outras áreas molhadas;

8.10.1.6. Lavar bacias, assentos, pias dos sanitários, bidês, lavatórios, mictórios, saboneteiras e depósito de lixo com saneante dos sanitários com desinfetante;

8.10.1.7. Abastecer os banheiros com papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido, e os sanitários com refis desinfetantes, sempre que necessário;

8.10.1.8. Retirar o lixo 02 (duas) vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos e removendo-os para o local indicado pelo CONTRATANTE;

8.10.1.9. Limpar os bebedouros com utilização de preparado anti-séptico e inodoro, dando brilho na parte metálica;

8.10.1.10. Limpar ralos para evitar obstruções;

8.10.1.11. Retirar os detritos das caixas coletoras de cigarros;

8.10.1.12. Varrer pisos de cimento;

8.10.1.13. Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando disponível, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

8.10.1.14. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;

8.10.1.15. Limpar os vidros dos banheiros.

8.10.2. Semanalmente:



- 8.10.2.1.** Lavar todas as áreas destinadas ou não ao público, incluindo mármore, porcelanato, mosaico, cerâmica, portas, azulejos, vidros, esquadrias, luminárias e toda a parte cimentada, devendo ter técnica adequada na utilização de materiais adequados;
- 8.10.2.2.** Retirar com removedor a cera dos pisos, assoalhos de madeira e de mármore;
- 8.10.2.3.** Limpar as manchas das portas, paredes, rodapés, carpetes, espelhos dos sanitários, colunas laváveis (pintadas ou revestidas de resina sintética);
- 8.10.2.4.** Limpar persianas, cortinas, grades e pedestais (com equipamento próprio) e os móveis guarnecidos de resina sintética;
- 8.10.2.5.** Limpar pontos de luz fluorescente e incandescente, inclusive as lâmpadas, bem como os espelhos das tomadas;
- 8.10.2.6.** Lustrar o mobiliário com produto apropriado;
- 8.10.2.7.** Polir metais que guarnecem móveis, portas, janelas e tubulações;
- 8.10.2.8.** Vasculhar com espanador paredes e tetos;
- 8.10.2.9.** Limpar móveis de revestimento de resina sintética;
- 8.10.2.10.** Limpar atrás, embaixo e por fora dos móveis, armários e arquivos;
- 8.10.2.11.** Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- 8.10.2.12.** Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- 8.10.2.13.** Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- 8.10.2.14.** Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- 8.10.2.15.** Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc;
- 8.10.2.16.** Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- 8.10.2.17.** Passar pano úmido com desinfetante nos telefones, fax e equipamentos de informática;
- 8.10.2.18.** Limpar todos os vidros (face interno-externa), aplicando-lhes produtos anti-embaçante 02 (duas) vezes na semana.
- 8.10.2.19.** Lavar com detergente biodegradável todos os pisos;
- 8.10.2.20.** Limpar com produto próprio as poltronas, cadeiras, sofás estofados em couro e plástico;
- 8.10.2.21.** Passar lustra-móveis nas mesas, armários e demais envernizados;
- 8.10.2.22.** Polir com preparado próprio os metais, incluindo cinzeiros, maçanetas, placas, torneiras, conexões, etc;
- 8.10.2.23.** Limpar com pano úmido as plantas ornamentais, naturais, artificiais e polir com líquido próprio os respectivos vasos;
- 8.10.2.24.** Limpar, interna e externamente, geladeiras, frigobares e fogões;

8.10.2.25. Limpar todos os vidros da face interna e externa, aplicando-lhes produtos anti-embaçantes;

8.10.2.26. Encerar os pisos de madeira e mármore quando necessário.

8.10.3. Mensalmente:

8.10.3.1. Limpar forros, paredes e rodapés;

8.10.3.2. Remover manchas de paredes;

8.10.3.3. Lavar e desinfetar os coletores de lixo;

8.10.3.4. Vascular as paredes, tetos, divisórias e áreas internas e externas;

8.10.3.5. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;

8.10.3.6. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;

8.10.3.7. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro de malha, enrolar, correr, etc.).

8.11. Dos Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação e Higienização a serem realizados **diariamente (áreas externas cobertas)**

8.11.1. Limpar forros, paredes e rodapés;

8.11.2. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;

8.11.3. Varrer e retirar, papéis, detritos, lixo das passarelas, folhagem das áreas verdes e dos pátios, estacionamento, ruas internas e calçadas;

8.11.4. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos e removendo-os para o local indicado pela CONTRATANTE;

8.11.5. Retirar os detritos das caixas coletoras de lixo;

8.11.6. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

8.12. DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.12.1. A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra, materiais e equipamentos de limpeza, conforme anexos deste Termo de Referência, com pessoal devidamente uniformizado, capacitado, utilizando de todos os equipamentos necessários, conforme normas de higiene e segurança, tais como: calçado próprio para o trabalho, luvas e outros para a prestação dos serviços, bem como todos os materiais de consumo, equipamentos, ferramentas e utensílios na quantidade suficiente para a perfeita execução dos serviços objeto da contratação;

8.12.2. Fornecimento e reposição bimestral ou sempre que necessário com a qualidade e quantidade suficiente e necessária, de acordo com a necessidade de cada Unidade do CONTRATANTE para a plena execução do objeto da contratação, sendo que o fornecimento insuficiente ou não fornecimento de materiais/insumos que comprometam ou impossibilitem a execução do objeto, bem como colocar em risco a vida dos empregados por falta de fornecimento de EPIs e uniformes no tempo estipulado, poderá acarretar as sanções administrativas previstas no Decreto Estadual n.º 522/2016 e suas alterações, além de rescisão contratual;

8.12.3. A relação básica de insumos, materiais de apoio e EPI's a serem fornecidos consta nos Anexos a este Contrato, devendo ser entregue, ao CONTRATANTE, cópia do comprovante de recebimento pelo empregador dos utensílios recebidos assim que

fornecidos.

8.12.4. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993;

8.12.5. A CONTRATADA só poderá usar produtos químicos aprovados pelo órgão governamental competente, e que não causem dano a pessoa ou a animais domésticos ou revestimentos, pisos, instalações e rede de água e esgoto do prédio;

8.12.6. Os insumos e materiais de apoio, quando do início da prestação dos serviços, deverão ser entregues nas Unidades contempladas, com 02 (dois) dias de antecedência;

8.12.7. A partir do início da prestação dos serviços, a CONTRATADA fica obrigada a manter o fornecimento dos insumos/materiais, conforme frequência prevista nos anexos específicos desse Termo de Referência, devendo entregar nova remessa de materiais antes que se inicie nova periodicidade, com antecedência mínima de 02 (dois) dias ou realizar o fornecimento sempre que se verifique déficit de insumos/material para o período;

8.12.8. Os equipamentos de apoio deverão ser entregues nas Unidades contempladas, com 02 (dois) dias de antecedência ao início da prestação dos serviços.

8.12.9. Os produtos de limpeza somente poderão ser entregues em embalagens de fábrica ou de comercialização que contenham todas orientações de uso e segurança aplicáveis ao produto;

8.12.10. O CONTRATANTE se reserva no direito de solicitar outros produtos de limpeza, materiais e equipamentos que julgar necessário atinentes ao objeto desse Termo de Referência que não constem nos anexos específicos necessários à prestação dos serviços;

8.12.11. Os materiais de limpeza deverão ser novos, originais, dentro do prazo de validade e de primeira qualidade;

8.12.12. A CONTRATADA será responsável pelo transporte, carga e descarga, guarda, perda, bem como pela substituição de materiais no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a constatação de não conformidades, devendo o recebimento dos materiais ocorrer diretamente pelo empregado da CONTRATADA, que promoverá o recebimento/atesto no horário de expediente do CONTRATANTE, podendo o fiscal/servidor responsável do CONTRATANTE acompanhar a conferência e aprovação no momento em que o empregado estiver recebendo os materiais, podendo requerer cópia da Nota Fiscal ou relação de entrega dos materiais/insumos;

8.12.13. Em hipótese alguma será admitida a entrega, pela CONTRATADA, dos materiais/insumos para terceiros, alheios à relação contratual, como, por exemplo, vigilantes.

8.12.14. Todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, elencados neste Termo de Referência, serão fornecidos pela CONTRATADA, durante a vigência do contrato, sendo da inteira responsabilidade de seus empregados o uso adequado e evitando desperdícios, de acordo com as normas de segurança do trabalho, bem como a guarda e manutenção dos referidos equipamentos;

8.12.15. A quantidade utilizada de materiais deve ocorrer de forma planejada pelo empregado da CONTRATADA, visando evitar que se interrompa a execução dos serviços por falta de material, devendo o referido empregado manter contato atualizado e constante com o encarregado da CONTRATADA, com vistas a cientificar da necessidade de reposição do quantitativo de materiais antes que a Unidade fique parcial ou totalmente desabastecida, mesmo que tal situação ocorra antes da periodicidade estabelecida.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Nos termos do art. 72, da Lei Federal nº 8.666/1993, a CONTRATADA não poderá subcontratar quaisquer partes do serviço salvo se houver prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

10.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

10.1.2. Seguro-garantia;

10.1.3. Fiança bancária.

10.2. A garantia contratual deverá ter validade estendida para mais 3 meses além da vigência do Contrato e/ou suas prorrogações;

10.3. As entidades garantidoras deverão estar devidamente autorizadas pelo Banco Central dentro dos limites de valores que lhe são autorizados pela referida entidade federal;

10.4. Caso o valor ou o prazo da garantia seja insuficiente para garantir o Contrato, especialmente nos casos de prorrogação contratual, a CONTRATADA providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência do Contrato;

10.5. A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato, após sanado os inadimplementos contratuais, ou, ainda, na ocorrência de outras hipóteses de extinção contratual previstas em Lei;

10.6. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato;

10.7. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado,



de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato e com a extinção do contrato;

10.8. A garantia deverá assegurar, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas aplicadas à CONTRATADA, prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato e obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA;

10.9. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de sanções administrativas, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia bem como as decisões finais de 1ª e últimas instâncias administrativas;

10.10. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

10.11. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.11.1. Caso fortuito ou força maior;

10.11.2. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

10.11.3. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração;

10.12. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização será exercida na forma prevista na IN nº 001/2020/SEPLAG, pelos servidores, sendo; Fiscal Titular Sr. **GUSTAVO COZIOL MODTKOWSKI - Matrícula nº 252713**, e o Fiscal Substituto o Sr. **HEWANDRO LUCIO DA SILVA REZENDE - Matrícula nº 252408** designado(s) por Portaria pelo CONTRATANTE, a(os) qual(is) competirá(ão) acompanhar o Contrato e sanar as dúvidas que surgirem, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

11.2. Compete ao Fiscal Titular e/ou Substituto, conhecer e manter, sob sua guarda, em pasta individual/registro próprio ou acervo digital o Instrumento Contratual sob sua responsabilidade, o (s) Termo (s) Aditivo (s), publicações, Relatório de Acompanhamento do Contrato, empenhos e outros documentos congêneres, referente às contratações ou acordo de vontades

11.3. A omissão na tomada de providências, por parte do Fiscal Titular e/ou Substituto, constitui falta punível administrativamente;

11.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do Contrato, o CONTRATANTE, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a

plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

11.4.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

11.4.2. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas;

11.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993;

11.6. O Gestor de Contrato deverá desempenhar os procedimentos administrativos que envolvam a supervisão e a intervenção na execução do Contrato para garantir a observância das cláusulas contratuais e a perfeita realização do objeto, considerando os aspectos técnicos levantados durante a fiscalização, incluindo a quantidade/qualidade dos itens fornecidos, o cronograma de execução, mantendo vigilância em relação à periodicidade de reajustes, Termo de Recebimento Definitivo, emissão de nota de empenho, valores, entre outros;

11.7. Constituem-se ainda como atribuições do Gestor de Contrato de Contratos de Dedicação de Mão de Obra Exclusiva:

11.7.1. Instruir os processos de pagamento, observando a conformidade documental no que tange aos aspectos fiscais, trabalhistas, tributários da CONTRATADA;

11.7.2. Atestar as Notas Fiscais, bem como exigir a documentação da Contratada.


11.7.3. Controlar o saldo de Empenho em função do valor da Nota Fiscal/Fatura/Recibo, de modo a possibilitar reforço de novos valores ou mesmo o estorno do saldo remanescente;

11.7.4. Adotar as medidas necessárias para a instrução de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade da Contratada, que poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas ou mesmo de rescisão contratual, após comprovado que o Fiscal de Contrato tomou todas as medidas saneadoras junto à Contratada, em conformidade com o disposto na legislação de referência.

11.7.5. Monitorar as atividades realizadas pelo Fiscal de Contrato, por meio do acompanhamento das ocorrências relatadas pelo referido fiscal, tomando as devidas providências junto à CONTRATADA;

11.8. Compete ao fiscal do contrato e/ou Gestor do Contrato solicitar diretamente aos empregados da CONTRATADA, com frequência mensal e por amostragem não inferior da 10% do quantitativo de terceirizados, extratos individuais do FGTS quanto ao regular depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e do INSS em relação as contribuições previdenciárias;

11.9. As decisões e providências, que ultrapassem a competência dos representantes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, como previsto no art. 67, §2º da Lei n.º 8.666/1993;



11.10. Diante da natureza do objeto contratado e por suas especificidades, para melhor efetividade da fiscalização, poderão ser designados fiscais setoriais.

11.11. Os fiscais setoriais terão suas atribuições detalhadas e definidas em instruções a serem repassadas pelo Gestor do Contrato, nos limites das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos valores pactuados no Contrato será realizado pela Diretoria de Administração Sistêmica do CONTRATANTE, a partir da apuração, pelo Fiscal/Gestor do Contrato, da Execução do objeto contratado, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, por ordem bancária (NOB), obedecendo aos critérios do Decreto vigente/Instrução Normativa, a contar do recebimento de Nota Fiscal;

12.2. A CONTRATADA deverá entregar a documentação devida para a instrução do processo de pagamento até o dia 10 do mês subsequente ao da competência da prestação do serviço.

12.3. A CONTRATADA poderá entregar somente os documentos que irão compor o processo de pagamento, que passará por análise do Fiscal/gestor do contrato, que indicará pela emissão da nota fiscal já alinhada com a conformidade dos documentos realizada para evitar a necessidade de glosa em nota fiscal já emitida;

12.4. Caso a CONTRATADA opte por protocolar os documentos com a nota fiscal, o Fiscal/gestor do contrato realizará a análise do processo de pagamento, e, encontrando alguma divergência que seja motivo de glosa, o Fiscal/gestor irá notificar a CONTRATADA para dar ciência da glosa a ser realizada, oportunizando que a CONTRATADA promova, primeiramente, a substituição da nota fiscal;

12.5. A Nota Fiscal deve ser aferida pelos serviços prestados em mês comercial;

12.6. A remuneração dos empregados poderá se dar na forma de contrato de trabalho em regime parcial de 30h ou 26h semanais, nos termos da CLT e da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria;

12.7. O pagamento será efetuado, no mês subsequente à prestação do serviço/fornecimentos dos materiais e/ou equipamentos, através de nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal/Gestor do Contrato;

12.8. A CONTRATADA deverá emitir uma nota fiscal por município contemplado pelo serviço, sendo que o imposto será devido para o local da prestação do serviço, conforme caput do art. 3º da Lei Complementar N.º 116/2003, sendo obrigação da CONTRATADA comprovar, mensalmente, o recolhimento do ISSQN junto a cada município, observando suas respectivas alíquotas, referente ao período de incidência;

12.9. O CONTRATANTE, enquanto substituto tributário para o recolhimento do INSS (nos termos da IN N.º 791/2009/RFB), e do IRPJ (levando-se em consideração o regime tributário da empresa), deverá fazer as devidas retenções nas notas fiscais quando do pagamento.

12.10. A CONTRATADA deverá consignar, em cada Nota Fiscal, a fidedigna parcela correspondente de dedução da base de cálculo do INSS, no que se refere ao efetivamente planilhado em contrato por composição de posto, correspondente a materiais e equipamentos, nos termos do art. 121, caput e seu parágrafo 3º IN N.º 791/2009/RFB, em que incidirá os 11% na base de cálculo com subtração deste valor pago a título de materiais e equipamentos.

12.11. O CONTRATANTE deverá conferir toda a documentação necessária e exigida para pagamento. Uma vez não completa a documentação, a CONTRATADA será notificada pelo fiscal/gestor do contrato para que providencie a documentação incompleta, ficando ciente que a análise de conformidade do processo de pagamento ficará sobrestado até que não esteja pendente nenhum documento comprobatório exigido;

12.12. Havendo erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA, sendo que o prazo para pagamento será acrescido do número de dias contados da data da comunicação da incorreção pelo CONTRATANTE até a data do recebimento dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem incidência de quaisquer acréscimos;

12.13. A atestação da Nota Fiscal/Fatura, correspondente à execução contratual, caberá ao Fiscal/Gestor de Contrato para esse fim;

12.14. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação;

12.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA, na forma estabelecida nos incisos anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, INCONTINENTI, à CONTRATADA que os houver apresentado;

12.16. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como especificação do local em que foi executado o objeto;

15.17. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reter qualquer quantia ou crédito porventura existente em favor da CONTRATADA, enquanto existirem obrigações não cumpridas;

15.18. O CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do Contrato;

12.19. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto;

12.20. O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

- 12.21.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 12.22.** A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, através de Certidões expedidas pelos Órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
- 12.22.1.** Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- 12.22.2.** Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber;
- 12.22.3.** Prova de regularidade junto à PGE;
- 12.22.4.** Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27, a, Lei n.º 8.036/1990, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS e;
- 12.22.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 12.23.** Os documentos constantes acima poderão ser modificados caso haja alteração na legislação vigente e, ainda, poderá ser solicitado algum documento complementar julgado necessário à complementação do processo;
- 12.24.** Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras;
- 12.25.** Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido à CONTRATADA deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
- $$I = (TX/100)/365 \quad \& \quad EM = I \times N \times VP$$
- Onde:
- I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- 12.26.** Quando da instrução do processo de pagamento, o fiscal/gestor do contrato deverá fazer acompanhamento e conferência do adimplemento, pela CONTRATADA, de suas



obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, devendo a CONTRATADA entregar ao CONTRATANTE, além das certidões acima previstas, a documentação a seguir relacionada:

12.26.1. MENSALMENTE, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, os documentos abaixo relacionados, referentes ao mês anterior ao da competência da prestação do serviço;

- a. Extratos de Informações Previdenciárias e comprovantes de recolhimento do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como comprovante de recolhimento das obrigações devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Deverá constar nas demonstrações somente os empregados do tomador;
- b. Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP/GFIP;
- c. Protocolo de envio dos arquivos (conectividade social, que estar em conformidade com o número de arquivo constante no comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e outras entidades)
- d. Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, referente às notas fiscais emitidas, devendo o imposto ser recolhido individualmente para cada cidade contemplada com o serviço;
- e. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o CONTRATANTE, bem como cópia dos comprovantes de pagamento aos empregados e comprovante de assiduidade (folha ponto);
- f. Comprovante de pagamento do 13º salário quando da ocorrência.
- g. Comprovante de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei, informando, ainda, o substituto do empregado em férias;
- h. Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- i. Comprovantes de recolhimento do Programa de Assistência Social, Ocupacional e Lazer quando previstos na CCT e na planilha de custos;
- j. Comprovante de recolhimento do Programa de Saúde, Seguro de Vida e Auxílio Funeral quando previsto na CCT e na planilha de custos;
- k. Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA se solicitados pelo fiscal/gestor do contrato, especialmente os que constem na CCT da categoria, bem como na legislação pertinente.

12.26.2. Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados;

12.26.2.1. NO PRIMEIRO MÊS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário e local do posto de trabalho, RG e CPF;



b) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização/gestão;

c) Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ficha de registro, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinada, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA, bem como comprovantes de entrega de Uniformes e EPIs, devidamente assinados pelos empregados, além da comprovação do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);

15.26.2.2. Na hipótese de rescisão do contrato ou demissão do empregado. Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), ou após a demissão de empregado, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

16.1. O Contrato poderá ser submetido a reajustamento de seus preços, na forma de repactuação, conforme previsto no art. 55, inciso III, e na Resolução nº 85/CPGE, do Colégio de Procuradores da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso.

16.2. DA REPACTUAÇÃO

16.2.1. A repactuação do preço a ser pago obedecerá ao interstício mínimo de 12 (doze) meses;

16.2.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, a depender da data-base, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

16.2.3. As repactuações, para cada etapa, serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados;



16.2.4. O interregno mínimo para a primeira repactuação será contado a partir das seguintes etapas:

16.2.5. Da data limite para apresentação das propostas, constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços;

16.2.6. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada à data-base dos institutos elencados;

16.2.6.1. Da data limite para apresentação das propostas, constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços poderá ser concedido o reajuste do preço dos insumos planilhados, a requerimento da CONTRATADA por repactuação, e depois de transcorrido 01 (um) ano da data limite acumulado nos últimos 12 (doze) meses contados da apresentação das propostas, constantes do instrumento convocatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o IPCA-FGV, restando sua análise de competência do CONTRATANTE, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0)}{I_0} \times P$$

Onde:

a) Para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;
dos serviços;

I = índice relativo ao mês do reajuste; P = preço atual

I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

b) Para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado; I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado;

16.2.7. O reajuste dos custos com a execução do serviço decorrente do mercado deverá ser precedido de solicitação da CONTRATADA antes da prorrogação da vigência do contrato;

16.2.8. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá à preclusão lógica do direito;



16.2.9. O CONTRATANTE deverá se assegurar de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

16.2.9.1. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada à data-base dos institutos elencados;

16.2.10. Nas repactuações subsequentes à primeira, o prazo de um ano conta-se a partir da data da última repactuação;

16.2.11. Com base em ocorrências registradas durante a execução do contrato, poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio-doença, licença- paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso prévio indenizado e indenização adicional;

16.2.12. A partir do segundo ano de vigência do contrato, se houver, este terá o percentual do item “aviso prévio trabalhado” zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano;

16.2.13. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho;

16.2.14. A repactuação produzirá efeitos financeiros:

16.2.14.1. A partir da assinatura do instrumento de formalização da repactuação;

16.2.14.2. Em data posterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações subsequentes; ou;

16.2.14.3. Em data anterior à assinatura do instrumento de formalização da repactuação, exclusivamente quando esta envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

16.3. O pedido de repactuação dos preços do Contrato feito a contento deverá, sob pena de invalidade dos atos, sofrer análise contábil e jurídica pelo CONTRATANTE da viabilidade do feito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei, a CONTRATADA que:

17.1.1. Falha total na execução do contrato;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não manter a proposta.

17.2. Para os fins do item **17.1.4** reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993;

17.3. A situação prevista no subitem **17.1.2** configura-se quando a CONTRATADA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do objeto no prazo previsto no contrato/ordem de fornecimento;

17.4. **Repreensão:** O CONTRATANTE poderá repreender a CONTRATADA, nos casos em que a CONTRATADA cometa falta leve que o CONTRATANTE entenda que ainda não seja motivo para se aplicar alguma das modalidades de sanção, em caráter educativo/preventivo;

17.4.1. Já tendo a CONTRATADA recebido repreensão, qualquer outro descumprimento contratual ou reincidência do motivo que ensejou a repreensão, poderá culminar nas sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993;

17.5. **Multa De Mora:** Quando houver atraso injustificado para atendimento de obrigação contratual, bem como das determinações estabelecidas em notificações exaradas pelo fiscal/gestor do contrato, poderá ensejar a multa de mora prevista no art. 86 da Lei Federal nº 8.666/1993, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal contratado, em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério do CONTRATANTE, além da continuidade de aplicação da multa, poderá ser considerada inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.6. Pela inexecução Total ou Parcial do objeto contratual, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.6.1. **Advertência Por Escrito**, a critério da autoridade competente, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;

17.6.1.1. A reincidência no descumprimento de quaisquer infrações afasta a aplicação de advertência, sendo, por consequência, motivo de aplicação de multa;

17.6.2. **MULTA de:**

17.6.2.1. Até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de **inexecução parcial** da obrigação assumida;

17.6.2.2. Até 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, nos casos de **inexecução total** da obrigação assumida;

17.6.2.3. Até 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, nos casos dos itens 17.1.4, 17.1.5 e 17.1.6;

17.6.2.4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na apresentação da **garantia** (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento);

17.6.2.5. As sanções de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;



17.6.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a **Administração** Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.6.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto **perdurarem** os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.7. As sanções previstas nos subitens **17.6.3**, **17.6.4**, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa;

17.8. A aplicação de qualquer das sanções administrativas previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 522/2016 e alterações e, subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999, Lei Estadual nº 7.692/2002;

17.9. A autoridade competente para aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta da CONTRATADA infratora, o caráter educativo da sanção, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade;

17.10. A aplicação das sanções administrativas previstas neste item não afasta a responsabilização da CONTRATADA nas esferas civil e criminal;

17.11. Pelo descumprimento das obrigações contratuais por falha em sua execução, o CONTRATANTE poderá aplicar multa, conforme a gradação estabelecida nas tabelas seguintes, não sendo exaustivo o rol da Tabela 2:

TABELA 1	
GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA (% do valor mensal do contrato)
1	0,01%
2	0,05%
3	0,1%
4	0,2%
5	0,3%

TABELA 2			
ITEM	OCORRÊNCIAS	GRAU	INCIDÊNCIA MENSAL
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE

2	Inexecutar, de forma parcial, os serviços pelo fornecimento insuficiente dos insumos.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
3	Inexecutar, de forma total, os serviços pelo não fornecimento dos insumos.	4	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
4	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
5	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
6	Paralisar os serviços contratuais sem amparo legal.	5	Por ocorrência
7	Destruir ou danificar documentos ou bens do CONTRANTE por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
8	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado, especialmente o não cumprimento do exigido em notificações.	2	Por ocorrência
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência
11	Retirar das dependências das Unidades do CONTRATANTE, quaisquer equipamentos, materiais ou outros pertencentes ao CONTRATANTE, sem autorização prévia do fiscal/servidor responsável.	5	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
12	Retirar empregados do serviço durante o expediente, sem o conhecimento prévio do CONTRATANTE.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
14	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal por meio de relógio ponto ou outro meio alternativo de controle de jornada de trabalho.	1	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
15	Fornecer uniforme, conforme quantidade e tempo determinado na tabela de uniformes.	3	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
16	Substituir uniformes quando estiverem sem condições de uso.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE

17	Fornecer ou substituir EPIs.	4	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
18	Efetuar, sempre que necessário, a reposição dos materiais de apoio danificados, independentemente do prazo previsto.	1	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
19	Comprovar, rigorosamente, o atendimento de todas as determinações previstas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, na Planilha de Custos e nas demais leis e normas vigentes.	3	Por ocorrência
20	Manter sinalização necessária durante execução dos serviços de limpeza, prevenindo a ocorrência de acidentes	1	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
21	Repor, no prazo previsto, qualquer objeto do CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.	3	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
22	Substituir empregado sempre que exigido pelo CONTRATANTE.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
23	Manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por ocorrência
24	Cumprir horário de prestação dos serviços estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
25	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
26	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	4	Por ocorrência
27	Efetuar a reposição de empregados faltosos ou legalmente afastados.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
28	Comprovar, mensalmente, o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais, sociais previdenciários, trabalhistas, e outros documentos exigidos para a instrução do processo de pagamento, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução contratual nas datas avençadas.	4	Por ocorrência
29	Manter atualizado o salário de seus empregados, conforme Convenção Coletiva Vigente.	5	Por ocorrência
30	Entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida para instrução do processo de pagamento.	2	Por ocorrência
31	Apresentar, semestralmente, ao fiscal de contratos, comprovantes individuais de depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.	3	Por ocorrência

32	Pagar os salários dentro dos prazos legais.	3	Por ocorrência e por dia de atraso
33	Informar movimentação de empregados (afastamentos legais, substituições, etc) dentro do prazo estabelecido.	2	Por ocorrência por Posto do CONTRATANTE
34	Cumprir quaisquer dos itens do Edital, do Termo de Referência e do contrato não previstos nesta tabela.	2	Por ocorrência

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RESCISÃO

18.1. A rescisão do contrato se dará nos termos dos arts. 79 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993;

18.2. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis;

18.3. Tal rescisão poderá ocorrer, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência a outra parte;

18.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito a prévia e ampla defesa;

18.5. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/1993;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

19.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores, conforme disposto no Decreto Estadual nº 572/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das compras públicas conforme o artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, na redação dada pela Lei Federal nº 12.349/2010, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida na aquisição de bens, objeto da presente licitação, contida na Instrução Normativa da SLTI/MPOG nº 01/2010, Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto Federal nº 7.746/2012 e legislações correlatas;

20.2. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, Decreto Estadual nº 840/2017, Instrução Normativa nº 001/2020/SEPLAG e alterações, nos preceitos do direito público e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato;

20.3. No presente contrato, caso ocorra qualquer omissão nas cláusulas pactuadas neste ajuste, as mesmas deverão ser dirimidas de acordo com as normas descritas acima, bem como disposições do Termo de Referência;

20.4. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Cuiabá/MT, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja;

E, por estarem entre si ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo.

Cuiabá-MT, 05 de novembro de 2020.


MARCOS CATÃO DORNELAS VILAÇA
Presidente do INDEA-MT


PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES
Representante

TESTEMUNHAS

1.

2.

